

Aureliano diz a Ulysses que é preciso apoiar Funaro

Brasília — O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, foi surpreendido na tarde do último sábado com uma contundente afirmação do ministro Aureliano Chaves, a quem convidara para ir a sua casa discutir a reordenação da base de sustentação política do governo no Congresso, representada pela Aliança Democrática: "Ulysses, saiba de uma coisa, o Funaro não representa só o PMDB. Ele representa a República. Temos que lutar pela sua preservação e, nisso, conte comigo".

Este é o principal efeito prático da reunião dos governadores em São Paulo, da qual o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, Aureliano e Ulysses foram as principais vítimas. Uma reunião eminentemente social com todos os ministros militares, realizada no dia seguinte na casa de Ulysses, serviu também de desdobramento para uma solidariedade espontânea às vítimas dos ataques do governador Orestes Quéricia. Não se tratou, nesse encontro, segundo revelou um dos presentes, de temas políticos específicos. Falou-se de tudo: literatura, cinema e até futebol.

Brincadeira

"A palavra golpe não foi sequer pronunciada", porque ela é "uma expressão boba", revelou Ulysses. A verdade é que houve comentários sobre o assunto durante o almoço, só que sob a forma de brincadeiras. Os civis, na maioria parlamentares, se sentiram à vontade, por exemplo, quando um dos ministros militares interpelou o outro: "Quando você vai dar o golpe?". Todos riram, inclusive o anfitrião.

Na sequência dos encontros para analisar os efeitos da manifestação dos governadores, alguns convidados do presidente do PMDB deslocaram-se na mesma noite para a casa do senador Severo Gomes e reuniram-se em torno do senador José Richa, que disputa com Ulysses a hegemonia do PMDB. Como os presentes no almoço de Ulysses, os participantes dessa reunião concluíram que a crise é muito grave. "Mais grave do que eu imaginava", afirmou Severo, que estivera antes no encontro com os ministros militares. Os políticos, tanto os presentes no almoço como no jantar, estavam tranquilos devido à entrevista publicada no mesmo dia pelo jornal *Correio Braziliense*, na qual o presidente Sarney afirmou que os militares eram os que menos lhe davam trabalho. O problema mais sério, na avaliação geral, é o efeito da crise econômica na base de sustentação política do presidente.

Um dos senadores ponderou a Richa que o momento é de união, e que Ulysses e Aureliano já começaram a rediscutir a Aliança, mas isso só é possível se o PMDB tiver condições de se unir. Enquanto Ulysses e Richa estiverem em conflito, disse o senador, não se chegará a lugar nenhum, e entram em campo os governadores.

— Eu também acho. Eu aceito uma conversa com o doutor Ulysses. Agora, ele vai ter que ouvir toda a verdade — respondeu Richa.

O presidente do PMDB soube, por telefone, que estava tudo pronto para o seu encontro com o Richa. Era o trunfo que precisava para exibir ao presidente José Sarney, no almoço de ontem: o PMDB, segundo Ulysses, estava se entendendo. Sarney, segundo o deputado, repetiu-lhe o que ouvira de Aureliano a respeito da posição de Funaro — o ministro deve, a todo custo, ser prestigiado. Para isso, o governo prepara um elenco de medidas para os próximos dias e todo o saldo positivo será creditado ao ministro da Fazenda. Sarney disse a Ulysses que pensa inclusive em reformular as normas do imposto de renda, atingindo com isso um pontos vulneráveis do governo em relação à classe média.



Aureliano pensa na República



Funaro tem adeptos



A preocupação de Aureliano com Funaro surpreendeu Ulysses

Sarney conversa sobre a reforma

Brasília — O presidente José Sarney, que deverá conversar hoje com o governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, sobre a reforma ministerial, está estudando todas as alternativas para recompor sua equipe. Ele só pretende anunciar as decisões após seu retorno da viagem a Angola, Índia e China.

Nos últimos dias, Sarney retomou o diálogo com os governadores e reuniu-se com representantes do PFL no domingo e ontem almoçou com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. De acordo com auxiliares do presidente da República, ele não quer ceder diante das pressões dos governadores, porque julga que terminaria prisioneiro deles. Por essa razão, ele está protelando a designação do deputado Ralph Biasi para o Ministério da Indústria e do Comércio com o objetivo de forçar um desgaste prematuro do governador Orestes Quéricia e também do candidato à pasta. O presidente já atendeu ao governador Newton Cardoso indicando para a Seplan o Sr. Anibal Teixeira.

Fôlego novo

O caso do Rio de Janeiro é diferente, embora o presidente ainda demonstre interesse em conhecer as reivindicações de Moreira Franco. O estado do Rio de Janeiro já ganhou a presidência do poderoso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, através da nomeação de Márcio Fortes, instituição mais poderosa que a maioria dos ministérios. As reivindicações do Rio Grande do Sul confundem-se, segundo a interpretação corrente no Palácio do Planalto, com as do deputado Ulysses Guimarães, grande amigo do governador Pedro Simon. O estado do Paraná poderá ganhar o Ministério da Agricultura, restando acertos definitivos com os governadores de Pernambuco e da Bahia.

Ao mesmo tempo, o chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, dá sucessivos recados públicos de que está disposto a deixar o cargo para precipitar a reforma ministerial. Maciel voltou a falar do assunto no domingo, quando, junto com o ministro Jorge Bornhausen, almoçou com o presidente da República, no sítio do Pericumã, nas proximidades de Brasília.

A idéia do ministro do Gabinete Civil é a de que só haverá algum sentido na reforma ministerial se este processo também atingir a área econômica, hoje dominada pelo PMDB. A compensação pela queda do ministro da Fazenda seria a exoneração do ministro do PFL que está no Gabinete Civil. O ministro Marco Maciel também está muito preocupado com a paralisação da máquina do governo e trabalha num programa mínimo para o presidente.

De acordo com auxiliares do presidente, o ministro Marco Maciel está propondo com insistência que o presidente José Sarney vá a televisão para falar das dificuldades do momento e anunciar as novas medidas econômicas. Ele também pretende que a reforma ministerial e a convocação de personagens ilustres, não necessariamente ligados aos partidos, crie um novo "momento zero" na política brasileira e dê mais fôlego à atual administração. O presidente ainda reluta e vai dedicar os próximos dias a uma nova rodada de negociações com os partidos e com os governadores.

Covas acha que mudança é inevitável

São Paulo — A reforma ministerial virá inevitavelmente, como resultado das eleições de 15 de novembro, na opinião do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que, porém, ressalva: "Não acho que esteja em causa a substituição imediata do ministro da Fazenda, Dilson Funaro". Na sua opinião o presidente José Sarney não deve afastar "completamente" o PFL do governo, por ser "natural" seu desejo de ter a base de apoio mais ampla possível. Mas Covas enfatizou que o futuro ministério "deverá refletir a nova correlação de forças" que emergiu das eleições — ou seja, uma grande prevalência do PMDB.

O senador fez esses comentários durante a gravação do programa de entrevistas "Jogo de Carta", conduzido pelo jornalista Mino Carta na TV Record de São Paulo.

Covas apoiou a atuação do ministro Dilson Funaro, sobretudo nas negociações que desenvolvem com os credores externos, e divergiu da atitude dos governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Mato Grosso do Sul, que criticaram o ministro na semana passada, quando ele se encontrava no exterior. "Ele estava lá, defendendo uma posição ativa, e não era o momento de bombardeá-lo daquela forma", observou.

REPAROS

Manifestou também seu apoio a Funaro na política interna, embora ressaltando que lhe faz alguns "grandes reparos", especialmente na condução da questão dos juros. "Não coloco o ministro Funaro como insubstituível, mas reconheço que ele tem defendido posições

que sempre foram adotadas pelo PMDB. Por isso, eu o apoio na luta externa e em sua obstinação de, apesar das dificuldades, impedir que este país entre numa recessão. "Ele está combatendo aquilo que o PMDB tem há anos definido como o grande inimigo do povo brasileiro: a recessão. Nesse sentido, eu o apoio, e o faço com o respaldo dos votos que tive", acentuou, referindo-se aos quase oito milhões de eleitores que o tornaram o político mais votado da história do país.

O líder do PMDB manifestou-se também favorável a que seu partido, na Constituinte, discuta "já" a duração do mandato do presidente José Sarney: "O PMDB só enfrenta grandes problemas políticos quando não os enfrenta", disse. Em sua opinião, o presidente deveria permanecer por quatro anos no poder, havendo eleições diretas no ano que vem para a escolha de seu sucessor. "E isso por uma razão que reputo lógica", acrescentou, repisando uma linha de argumentação que já expôs na Constituinte:

"O povo brasileiro, quando protagonizou o maior movimento de massas da história do país, esbarrou por acaso em meia dúzia de deputados sem ligações com a sociedade e não pode ver concretizado seu sonho de ter eleições diretas. A partir de então, o povo determinou ao PMDB que utilizasse um instrumento do regime anterior — o colégio eleitoral — para mandá-lo. Tancredo Neves, instrumento dessa mudança, definiu uma forma de transição que incluía várias etapas. E hoje, a meu ver, ainda faltam duas: uma nova constituição — o que está sendo feito pela Constituinte — e, depois dela, eleições diretas".

Mas ele não concorda com os setores que defendem as diretas em 1988 logo após a promulgação da constituinte — em março, por exemplo. "Nesse caso, sairíamos da Constituinte direto para uma campanha eleitoral, e não acho bom para o país".

Para as futuras eleições, ele vê como candidatos "certos" os ex-governadores Leonel Brizola, pelo PDT, Paulo Maluf, pelo PDS, e o ministro Aureliano Chaves, pelo PFL. Quanto a seu partido, "não faltam candidatos". Covas citou, em primeiro lugar, o nome do deputado Ulysses Guimarães, "o mais respeitado dos nossos companheiros de partido", o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, que tem "todos os títulos" para postular a indicação, o senador José Richa, do Paraná — um nome indiscutível, e o senador Fernando Henrique Cardoso. Quanto à sua própria candidatura, que toma corpo no PMDB, o senador voltou a dizer que acha importante a passagem por um governo estadual antes de considerá-la, mas observou: "Reconheço que, seja pela votação que obtive para o Senado, seja pela posição que ocupo, sou hoje um político muito visível".